



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**  
DIRETORIA DE MANEJO E CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - DIMAN  
Coordenação Geral de Uso Público e Serviços Ambientais - CGEUP



## **RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROJETO DE PERMISSÃO FLORESTA NACIONAL DE CARAJÁS**

**16 de outubro de 2025**

## **Introdução**

A audiência pública, que ocorreu no dia 16 de outubro de 2025, na Câmara Municipal de Parauapebas, teve como objetivo apresentar e discutir a proposta de permissão para a prestação de serviços de apoio à visitação no camping Refúgio da Canga na Floresta Nacional de Carajás, no âmbito do processo de estruturação de delegações de uso público em unidades de conservação federais. O encontro integrou a fase de consulta pública do projeto, aberta à sociedade para o recebimento de contribuições e esclarecimentos sobre o modelo proposto.

O evento marcou um momento significativo para a gestão da unidade, sendo a primeira da Amazônia a receber uma delegação desse tipo. Participaram representantes do ICMBio, autoridades locais, empreendedores do setor turístico, representantes de cooperativas e demais interessados no desenvolvimento do turismo sustentável na região.

## **Abertura**

A mesa de abertura contou com a presença de Carla Guaitanele, Coordenadora-Geral de Uso Público, André Macedo, Chefe do NGI Carajás, Roberta Barbosa, Coordenadora na Coordenação de Estruturação das Delegações e Victor Augusto Braga Pereira Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMA.

Na abertura, Roberta apresentou o contexto do encontro e as atribuições da CODEL, destacando o crescimento expressivo da visitação nas unidades de conservação federais, que ultrapassou 25 milhões de visitas anuais. Ressaltou ainda a importância de diversificar as experiências de visitação para alcançar diferentes perfis de público.

Carla enfatizou o caráter emblemático da Floresta Nacional de Carajás e a relevância do momento para aprimorar a proposta de permissão, enquanto André destacou o potencial histórico do projeto e sua contribuição para consolidar Parauapebas como destino ecoturístico nacional. Victor agradeceu o convite, ressaltou a importância do projeto e se dispôs a contribuir com o processo.

## **Apresentação Técnica**

Roberta apresentou os instrumentos de delegação (autorização, permissão e concessão), explicando suas diferenças em relação ao porte e estabilidade jurídica. Foi exibida a chave de decisão que orienta a escolha do instrumento adequado conforme o perfil da unidade.

Também foram detalhadas, as bases normativas e o fluxo das etapas do projeto, que compreende desde a elaboração dos estudos, passando pela abertura da consulta pública (etapa em curso), em seguida o processo passa pela análise do TCU e da PFE, na sequência ocorre a publicação do edital e a licitação e assinatura do contrato.

Foi ressaltado que, mesmo com a permissão em vigor, o ICMBio continuará sendo o responsável pela gestão da unidade, atuando em parceria com o permissionário.

Os dados de visitação demonstram um aumento expressivo após a inauguração de dois mirantes, com projeção de alcançar mais de 8 mil visitantes no 15º ano. A receita estimada é proveniente da cobrança de pernoite, comercialização de alimentos e venda de souvenirs, com faturamento médio anual de R\$ 222 mil (cenário moderado).

Os valores previstos incluem:

- **CAPEX:** R\$ 36.500,00
- **Outorga fixa:** R\$ 6.398,00 (critério de licitação)
- **Outorga variável:** 1% da Receita Operacional Bruta (ROB)

Esclareceu-se que no momento da consulta pública poderão ser realizadas reuniões online para sanar dúvidas sobre os documentos ou colher contribuições do projeto.

## Contribuições e Dúvidas dos Participantes

<b>Participante/Instituição</b>	<b>Sugestão ou Questionamento</b>	<b>Resposta e considerações do ICMBio</b>
<b>Gilberto (COOPERTURE)</b>	Questionou sobre o porquê da modalidade de licitação fechada.	Foi esclarecido que a legislação exige esse formato e que o modelo já foi adotado em outras delegações validadas pelo TCU.
<b>Edinandes (Carajás Experience)</b>	Perguntou sobre experiências de outras unidades.	Foi informado que há materiais disponíveis no site do ICMBio e citados exemplos como o Parque Nacional da Serra da Canastra e o Parque Nacional de Sete Cidades.
<b>Wellinton (Agência de Trilhas)</b>	Questionou sobre a possibilidade de consórcios e alcance da licitação.	Confirmou-se a possibilidade de formação de consórcios e que o processo será nacional, conforme a Lei de Licitações.
<b>Max (Secretário de Desenvolvimento)</b>	Indagou sobre o licenciamento ambiental do camping e se a permissão poderia gerar algum prejuízo ou impacto nos processos de mineração.	Esclareceu-se que a área do camping está situada em uma área de manejo sustentável compatível com o uso público, portanto não existe a possibilidade de ocorrer atividades de mineração
<b>Aglaudene Tomé (Associação de agências de turismo de Parauapebas)</b>	Questionou como será a tratativa com entidades que operam nas atividades turísticas, e a dúvida sobre a outorga de 1% e o lance propriamente. Parabenizou o	Esclareceu-se que diferentes instituições privadas poderão participar do processo. Destacou-se ainda a possibilidade de constituição de uma SPE, mecanismo

	ICMBio e equipe pela iniciativa que fomenta o turismo	que oferece maior segurança jurídica ao empreendimento. Foi explanado que a outorga fixa funciona como critério de seleção na licitação, devendo os participantes apresentar propostas superiores ao valor mínimo estabelecido. Já a outorga variável corresponde a 1% da Receita Operacional Bruta, paga mensalmente ao poder público.
<b>Miguel (COOPERTURE Carajás)</b>	Solicitou detalhes sobre estimativas de receita a partir das visitas guiadas.	Explicou-se que os cálculos foram baseados em projeções populacionais e percentuais de adesão aos serviços, com estimativa de 8% dos visitantes optando pelo camping.

## Encerramento

O Chefe do NGI Carajás, André Macedo, agradeceu a presença de todos e reforçou o convite para o Roadshow, realizado no Camping Refúgio da Canga, além das reuniões online nos dias 28, 29 e 30 de outubro, para esclarecimento de dúvidas durante o período da consulta pública. As contribuições coletadas durante o evento serão analisadas pela equipe.